



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



IZABELLA CAROLINE FERREIRA

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM
INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR**

MARIANA
2024

IZABELLA CAROLINE FERREIRA

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM INCLUSÃO
NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Loures dos Santos

MARIANA
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383d Ferreira, Izabella Caroline.

Os desafios enfrentados na formação docente em inclusão no ensino regular. [manuscrito] / Izabella Caroline Ferreira. - 2024.

11 f.: il.: gráf..

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Loures dos Santos.

Produção Científica (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia

1. Professores - Formação. 2. Educação inclusiva. 3. Educação básica.
I. Santos, Marcelo Loures dos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 377.8

Bibliotecário(a) Responsável: ELIANE APOLINARIO VIEIRA AVELAR - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Izabella Caroline Ferreira

Os Desafios Enfrentados na Formação Docente em Inclusão no Ensino Regular

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga

Aprovada em 24 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Doutor Marcelo Loures dos Santos - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Marcelo Loures dos Santos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 24/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Loures dos Santos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/02/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0856431** e o código CRC **CBE6BB23**.

RESUMO

Este artigo traz informações sobre os desafios enfrentados por professores do ensino regular devido à falta de preparo em sua formação na temática da educação inclusiva. Tem como objetivo analisar estudos e dados sobre esta temática para contribuir com sua discussão. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a revisão crítica da literatura, buscando identificar as possíveis lacunas na formação destes profissionais no exercício de suas funções. A revisão sobre a pesquisa evidenciou lacunas no atendimento aos estudantes com necessidades especiais e na formação desses profissionais para o atendimento a este público, indicando a necessidade de investimentos em programas de formação continuada para os professores da Educação Básica. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas educacionais que priorizam a formação adequada dos professores para lidar de forma eficaz para atender todas as diversidades em sala de aula.

PALAVRAS CHAVES: Desafios; Inclusiva; Pesquisa Bibliográfica; Formação Continuada; Diversidades.

ABSTRACT

This article provides information on the challenges faced by regular school teachers due to the lack of preparation in their training on the theme of inclusive education. It aims to analyze studies and data on this topic to contribute to its discussion. A bibliographic research was carried out, with a critical review of the literature, seeking to identify possible gaps in the training of these professionals in the exercise of their functions. The review of the research highlighted gaps in the care of students with special needs and in the training of these professionals to serve this public, indicating the need for investments in continuing education programs for Basic Education teachers. The results highlight the need for educational policies that prioritize the adequate training of teachers to deal effectively to meet all diversities in the classroom.

KEYWORDS: Challenges; Inclusive; Bibliographic Research; Continuing Education; Diversities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
OBJETIVO.....	8
ORIGEM DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	9
PROBLEMAS ENFRENTADOS NA FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	10
CONCLUSÃO.....	13
REFERÊNCIAS.....	14

1 INTRODUÇÃO

Concebendo ao crescente número de abandono dos estudos no ensino regular o tema "Os Impactos Enfrentados na formação docente em Inclusão no ensino regular" na área da Educação é uma temática reflexiva é fundamental para compreendermos as questões problemáticas em que o ensino é enfrentado. A formação inicial e continuada dos professores em relação à educação inclusiva desempenha um papel crucial na promoção da equidade educacional e na redução do abandono escolar. Autores como Darling-Hammond (2010) e Ainscow (2005) destacam que a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade de alunos nas salas de aula pode resultar em práticas pedagógicas excludentes e em barreiras para o acesso ao currículo por parte dos estudantes com necessidades especiais.

Além disso, a ausência de suporte e recursos adequados para os professores pode aumentar ainda mais os desafios enfrentados na implementação de práticas inclusivas. Nesse contexto, compreender os impactos da formação docente em inclusão não apenas contribui para a reflexão sobre as questões problemáticas enfrentadas no ensino regular, mas também para o desenvolvimento de estratégias e políticas educacionais mais eficazes que promovam a inclusão e o sucesso de todos os alunos.

Estudar Educação Especial, é fundamental para criar ambientes educacionais inclusivos, onde os alunos possam se sentir incluídos no contexto escolar adaptando as práticas pedagógicas ao contexto social, permitindo a equidade educacional oferecendo suporte personalizado a cada aluno. Esse campo de estudo se concentra em entender e atender às necessidades individuais de alunos com diferentes tipos de deficiências, dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais. A Educação Especial busca oferecer suporte personalizado a cada aluno, adaptando as práticas pedagógicas e os recursos didáticos ao seu contexto social, emocional e cognitivo.

Por outro lado, a Educação Inclusiva vai além, buscando promover a equidade educacional ao garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso à educação de qualidade. Para isso, a Educação Inclusiva enfatiza a criação de ambientes escolares acolhedores, que valorizem a diversidade e ofereçam suporte adicional sempre que necessário, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. A falta de conhecimento ou formação da docência podem resultar em fatores negativos no âmbito escolar, gerando a frustração e desmotivação por parte dos alunos afetando o desempenho escolar e bem-estar emocional, acarretando atrasos no desenvolvimento do indivíduo levando o abandono escolar por não se sentir pertencente ao âmbito em que frequenta.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos no Brasil estavam fora da escola. Dentre os principais motivos citados para o abandono escolar, estão a falta de interesse, a baixa qualidade do ensino e a falta de suporte por parte dos professores. Além disso, estudos como o realizado por Ferrari e Oliveira (2016) apontam que a falta de preparo dos professores em lidar com a diversidade de alunos nas salas de aula pode gerar sentimentos de exclusão e desmotivação entre os estudantes, afetando negativamente seu desempenho escolar e bem-estar emocional.

Conforme estabelece a Declaração de Salamanca (1994), “as escolas regulares devem ser inclusivas para atender as necessidades educativas especiais”. Para Pereira (2021) a inclusão é um processo contínuo que consiste em oferecer diferentes respostas educativas, sem se fixar apenas na diversidade de alunos, mas considerando as necessidades individuais de cada um.

A Educação Inclusiva é um modelo educacional que busca garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, necessidades ou habilidades. Ela se baseia no princípio fundamental de que cada aluno é único e tem o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente escolar inclusivo. Nesse sentido, a Educação Inclusiva valoriza a diversidade e promove a adaptação do ambiente escolar, das práticas pedagógicas e dos recursos didáticos para atender às necessidades de todos os estudantes. Isso implica em reconhecer e respeitar as diferenças individuais, oferecendo suporte e recursos adicionais sempre que necessário para garantir a participação plena e efetiva de todos os alunos na vida escolar. (LUÍS, Jader. **Abordagens sobre educação inclusiva**. 26.ed. Minas Gerais: Formiga, 2020.)

Por outro lado, a Educação Especial é uma área específica dentro do campo educacional que se dedica ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Esses alunos podem apresentar deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais que demandam suportes e recursos específicos para sua aprendizagem e desenvolvimento. (LUÍS, Jader. **Abordagens sobre educação inclusiva**. 26.ed Minas Gerais: Formiga 2020.)

A Educação Especial visa garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação adequada às suas necessidades individuais, oferecendo apoio especializado, adaptações curriculares e recursos educacionais específicos. Embora a Educação Especial seja parte integrante da Educação Inclusiva, ela se concentra principalmente no atendimento de alunos com necessidades educacionais mais complexas ou significativas, enquanto a Educação Inclusiva abrange todos os alunos, independentemente de suas características.

O enfrentamento dos desafios da inclusão exigem estratégias cabíveis da formação de

professores devido a programas e eventos sobre a capacitação e formação de professores proporcionando oportunidades para adquirir em sua carreira, de acordo com A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, representa um marco regulatório que atribui a organização dos diferentes níveis de ensino e a organização da formação do professor no âmbito educacional promovendo uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Essa proposta garante também o reconhecimento de políticas específicas para a educação especial, destacando a oferta de serviços e apoio personalizado para cada aluno no ensino educacional, visando atender às suas necessidades individuais, destacam-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa proporcionar atividades e recursos complementares ao ensino regular, incluindo suporte pedagógico, psicológico, terapia ocupacional e fonoaudiologia, conforme necessário para cada aluno. Além disso, as adaptações curriculares são essenciais, permitindo ajustes no currículo escolar para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência ou outras necessidades especiais.

A tecnologia assistiva desempenha um papel crucial, fornecendo recursos e dispositivos tecnológicos que auxiliam no acesso à informação e na comunicação, como softwares de leitura e comunicação alternativa. O apoio de profissionais especializados, como psicopedagogos, psicólogos e terapeutas, também é fundamental para oferecer suporte individualizado e direcionado a cada aluno. Esse apoio personalizado é complementado pelo desenvolvimento de planos de ensino individualizados, que consideram as habilidades, interesses e desafios de cada estudante, promovendo assim uma abordagem educacional centrada no aluno. Além disso, a colaboração estreita entre professores, pais, profissionais da Educação Especial e demais membros da equipe escolar é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, onde cada um possa alcançar seu máximo potencial de aprendizado e desenvolvimento.

O tema abordado neste artigo foi escolhido devido a uma disciplina que fiz com o professor Marco Mello Franco, e com isso observei a falta de conhecimentos dos professores no contexto escolar do ensino regular sobre estratégias de trabalho para a inclusão do estudante deficiente nas atividades em sala de aula, bem como sobre os processos de aprendizagem do aluno. A partir desta constatação, elegi esta temática para a pesquisa de meu trabalho de conclusão de curso.

Sendo assim, este artigo visa analisar na literatura especializada a oferta de atendimento escolar específico para estudantes com necessidades especiais e os limites da formação docente para a atuação na Educação Especial. Ele será dividido nas seguintes seções: Resumo, introdução, contextualização, resultados e conclusão.

2 - Contextualização da Educação Especial e Inclusiva

O principal objetivo da inclusão no ensino regular é criar um ambiente que reconheça e valorize as habilidades únicas de cada estudante, proporcionando a eles oportunidades equitativas para desenvolverem todo o seu potencial. Essa abordagem não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

A falta de recursos pedagógicos e a ausência de formação adaptada para lidar com a diversidade em sala de aula representam desafios significativos na promoção da inclusão educacional. Segundo um estudo longitudinal conduzido por Silva et al. (2018), a falta de capacitação específica para o atendimento às necessidades educacionais diversas dos alunos contribui para uma maior probabilidade de abandono escolar entre estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Ademais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2019, apenas 42,5% das escolas brasileiras possuíam estrutura adequada para pessoas com deficiência, o que evidencia a necessidade urgente de investimentos em adaptações arquitetônicas para garantir o acesso equitativo à educação (IBGE, 2019), de acordo com o QEdu no ano de 2022 verificamos que mais de 4 milhões de jovens não completaram a educação básica e estão fora da escola sem trabalhar.

A Declaração de Salamanca (1994) representa um marco importante na promoção da inclusão educacional ao defender a integração de indivíduos com necessidades especiais na rede regular de ensino. No entanto, a implementação efetiva dessas diretrizes requer uma abordagem pedagógica que vá além da simples presença física na escola. De acordo com estudos recentes, como o de Santos e Lima (2020), a inclusão eficaz exige uma pedagogia que considere as necessidades e demandas específicas de cada aluno, garantindo adaptações curriculares, suporte individualizado e práticas educacionais inclusivas. Portanto, a compreensão da inclusão como um processo dinâmico e multifacetado, que envolve não apenas a presença física na escola, mas também a plena participação e o desenvolvimento acadêmico e social de todos os alunos, é essencial para superar os desafios enfrentados na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O estudo realizado nesse campo da educação busca vistoriar o ensino ao contexto da deficiência e trazer como o conteúdo é exposto para esses alunos que enfrentam dificuldades no ensino regular, uma educação estudada a demanda do cotidiano escolar para analisar as fases do desenvolvimento do indivíduo com o preparo escolar para atender os alunos em seus

respectivos conceitos, atendendo às suas diversidades , a fim de melhorias no ensino de qualidade para a temática apontada no ensino regular.

3 ORIGEM DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Prieto (2000) , o início da educação inclusiva compôs o movimento de marco internacional pelos direitos das pessoas com deficiência que enfatizou nas últimas décadas do século XX.

Antes desse ocorrido, a educação era segregada de modo que os alunos com deficiência eram totalmente excluídos do sistema educacional regular que isolavam esses indivíduos em ambientes limitados, afastando das oportunidades propostas aos demais. (SOUZA,Daniella.**Educação Inclusiva aspectos históricos políticos da sua constituição no cenário internacional**.2.ed.Ceará,2018.)

Ao longo de diversas épocas pesquisas apontam que a origem da educação especial era conhecida como eliminação no século XIX e início do século XX onde buscava eliminar as pessoas que apresentavam deficiência naquele período, que eram vistas também como uma forma de castigo com base na religião católica, e pensados como uma ameaça à genética. ((SOUZA,Daniella.**Educação Inclusiva aspectos históricos políticos da sua constituição no cenário internacional**.2.ed.Ceará,2018.)

Além dessas questões apontadas, o indivíduo com deficiência era enviado para instituições precárias, perpetuando a ideia de que essas pessoas eram inúteis para a sociedade daquela época, essas questões enfatizaram a contribuição de uma distância entre essas pessoas e a sociedade considerada *normal*, restringindo as oportunidades educacionais sociais e profissionais para o deficiente.

No ano de 1989, a Lei 7853, sancionada pelo presidente José Sarney, determina como crime indagar matrículas de pessoas com deficiência em instituições escolares e estabelece a educação especial como direito público.

Com as diretrizes que abordam as pautas inclusivas podemos destacar a resolução n 2/2001 aprovada pela câmara de educação básica do conselho nacional de educação coloca o ensino para atender as diversidades em sala de aula, diversos países adotaram medidas para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional, a declaração mundial sobre a educação para todos busca a conceitos e necessidades básicas de aprendizagem, originou em Jomtien na Tailândia, no ano de 1990. A conhecida Declaração de Salamanca atende às

necessidades da educação especial, idealizada na Espanha em 1994, promovendo uma educação de acesso a todos.

4 PROBLEMAS ENFRENTADOS NA FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pesquisas apontam que houve um aumento de 89% de matrículas de estudantes com deficiência em escolas regulares, devido aos avanços de políticas educacionais inclusivas que atribui 91.373.486 do total de 1.527.794 estudantes com deficiência na educação básica do Brasil. Com o aumento no ingresso do indivíduo deficiente a qualificação dos professores é primordial para obter resultados de qualidade na aprendizagem.

Dados apontam que a formação do docente em educação especial não acompanha os avanços dos números dos alunos matriculados no ensino regular, até o ano de 2012 dos 2.315.616 docentes 94,2% (2.181.255) não tinham formação especializada em educação especial, segundo o Painel de indicadores da educação especial mesmo aqueles que trabalham em educação especializada, e menos da metade atua com educação inclusiva - 44,3% ou 22.752 de 51.360 docentes - têm formação continuada em educação especial que corresponde a 4,9% do que em 2012.

Alta demanda, baixa oferta



FONTE: Painel de Indicadores da Educação Especial do DIVERSA

Segundo uma pesquisa feita pela Adversa.org.br os motivos alegados para a baixa procura das especializações na educação especial foi o difícil acesso às ofertas dos cursos da educação especial que abrange poucas regiões. Com isso, muitos profissionais acabam desistindo de concluir pela dificuldade com o deslocamento e a ausência de oportunidades em seus locais de atuação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) estabelece que a formação inicial de professores deve ser ofertada preferencialmente na modalidade presencial. Nos locais em que são oferecidas o EAD segundo Sacadi, afirma que os cursos de curto período podem ter um papel importante devido as localidades de escassez em que são ofertados presencialmente.

Devido a esses acontecimentos foram criados programas como o Parfor, que busca mudar o cenário educacional partindo dessa perspectiva de formação dos professores em educação especial, criado em setembro de 2009 o programa tem o objetivo de formar profissionais da educação para atendimentos em redes públicas e comunitárias, para oferecer a educação inclusiva para surdos. Estudos que abordam a formação de professores na área de Educação Especial e Inclusiva dentro do contexto do PARFOR têm oferecido insights valiosos sobre os desafios e as oportunidades encontradas por educadores que trabalham com crianças com deficiência nas escolas regulares do ensino fundamental. Um desses estudos, por exemplo, investigou detalhadamente a preparação dos professores da rede pública, incluindo professores regentes, professores de apoio e professores de educação física. Por meio de entrevistas e análises minuciosas, foram identificadas questões cruciais, como o reconhecimento da importância da formação nessa área, a busca por oportunidades de formação continuada e especialização, bem como críticas em relação ao conteúdo das disciplinas cursadas e à distância percebida entre teoria e prática.

Essas pesquisas não apenas destacam a relevância do PARFOR na formação de professores, mas também evidenciam os desafios que ainda precisam ser superados para uma inclusão efetiva de crianças com deficiência no ambiente escolar regular. Aproximar a educação superior da educação básica e promover uma interação mais estreita entre teoria e prática emerge como um objetivo fundamental. Nesse sentido, é essencial que o PARFOR e outras iniciativas de formação de professores considerem não apenas a transmissão de conhecimento teórico, mas também proporcionem experiências práticas e reflexivas que preparem os educadores para enfrentar os complexos desafios da inclusão escolar.

Além disso, a continuidade da pesquisa e do diálogo entre os profissionais da educação é fundamental para identificar lacunas na formação e desenvolver estratégias eficazes que promovam uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. Ao

superar esses desafios, o PARFOR pode desempenhar um papel ainda mais significativo na formação de professores comprometidos com a diversidade e a equidade educacional a partir de 2024 o programa pretende ampliar gerando mais vagas para os profissionais da educação.

Segundo o Painel de Indicadores da Educação Especial do DIVERSA 2021 e 2022, as pesquisas apontam o avanço de programas de formação em inclusão para professores têm demonstrado impactos significativos na melhoria da prática pedagógica e na perspectiva de ambientes educacionais mais inclusivos. Tais iniciativas geralmente oferecem abordagens práticas e teóricas, capacitando os educadores a lidar efetivamente com a diversidade de necessidades dos alunos. Professores que participam desses programas têm relatado maior confiança em adaptar suas práticas de ensino, implementar estratégias diferenciadas e criar ambientes que acolham todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Além disso, evidências como a lei de diretrizes n 9394 indicam que a participação em programas de formação em inclusão contribuem para a construção de uma mentalidade inclusiva entre os professores. Essa mudança de perspectiva envolve não apenas ajustes nas práticas didáticas, mas também uma reflexão sobre as atitudes e crenças em relação à diversidade. Os educadores tornam-se agentes ativos na promoção da igualdade educacional, reconhecendo e valorizando as diferentes habilidades e necessidades dos alunos, o que, por sua vez, contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e enriquecedor para todos.

CONCLUSÃO

Os desafios enfrentados na formação docente em inclusão no ensino regular emergem como questões cruciais diante do aumento significativo das matrículas de estudantes com necessidades especiais. Essa demanda crescente não tem sido acompanhada por uma formação específica adequada para os professores que atuam nesse contexto. A falta de preparo dos educadores para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais, pode resultar em uma série de dificuldades que afetam não apenas o aprendizado desses alunos, mas também o ambiente escolar como um todo. A ausência de estratégias pedagógicas inclusivas, adaptadas e eficazes pode comprometer o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses estudantes, além de gerar desafios adicionais para os próprios professores. Portanto, é fundamental que os sistemas educacionais priorizem a oferta de programas de formação docente que abordem de maneira abrangente e eficaz as práticas inclusivas, proporcionando aos professores as

ferramentas e o suporte necessários para promover uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos.

O Especial, reconhece-se a importância de criar ambientes educacionais inclusivos, onde práticas pedagógicas são adaptadas para promover equidade. A falta de conhecimento ou formação docente pode gerar impactos negativos, resultando em frustração e desmotivação dos alunos, afetando tanto o desempenho acadêmico quanto o bem-estar emocional e, em última instância, contribuindo para o abandono escolar.

A Declaração de Salamanca (1994) destaca a necessidade de escolas regulares serem inclusivas, oferecendo diferentes respostas educativas às necessidades individuais. Essa abordagem reforça a ideia de que a inclusão é um processo contínuo e personalizado. No entanto, enfrentar os desafios da inclusão demanda estratégias adequadas na formação de professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 é citada como um marco regulatório que orienta a organização dos diferentes níveis de ensino e a formação de professores. Ela representa um compromisso com uma educação mais inclusiva e de qualidade. A conclusão aprofundada destaca a importância de **programas e eventos de capacitação** para professores, proporcionando oportunidades para aprimorar suas habilidades ao longo da carreira.

Em síntese, abordar os impactos na formação docente em inclusão no ensino regular é essencial para compreender e superar os desafios enfrentados no ambiente educacional. A integração de estratégias de formação, alinhadas às diretrizes legais, é fundamental para promover uma educação inclusiva e garantir que os professores estejam devidamente preparados para atender às necessidades variadas dos alunos, contribuindo assim para a redução do abandono escolar e o fortalecimento da equidade educacional.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, M. **O fazer pedagógico no contexto da Inclusão**. 2 ed. Ouro Preto: 2016.
- BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e Educação Especial: para além do AEE. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. 2 ed. São Paulo: Junqueira & Marin, 2013.
- BERRI, B. **O corpo para pessoas com deficiência física: mídia e representações Sociais**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- BUENO, J G S. **Educação especial Brasileira**. 2ºed. São Paulo SP: 2004.
- CAMARGO, E. P. **Inclusão e Necessidades Educacionais Especiais - Compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual**. Editora: Livraria da Física. São Paulo 2016.
- GOMES, R. B. & LHULLIER, C. **Representação social da deficiência intelectual na relação entre psicologia e educação**. *Psicologia da Educação*, 44, 2017, pp.93 - 102.
- ESPANHA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 28 de abril. de 2019..
- GESSER, M. Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades. In VEIGA, A.; NICHNIG, C. WOLFF, & ZANDONÁ, J. (Orgs.). **Mundos de mulheres no Brasil**, 2019, pp. 353 -361.
- VITALIANO, C.R.V.; MANZINI, E.J.A. Formação Inicial de Professores para a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. In: VITALIANO, C.R. **Formação de professor para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010
- VYGOTSKY, L.S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MELLO, A. G. D. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21,2016, pp.3265-3276.
- SANTOS, W. R. D. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 18,2018, pp.501-519.
- SILVA, Jerusa P.T. **Escola Plural e Educação Inclusiva: diversos olhares, múltiplos sentidos**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UFJF, Juiz de Fora, 2005.
- TAYLOR, S. Animais de carga: estudos sobre deficiência e direitos dos animais. **Qui Parle: Humanidades críticas e ciências sociais**, 19(2),2017, pp.191-222.